

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

BÁRBARA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

**A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO ÀS
PESSOAS SURDAS: desafios e possibilidades**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

BÁRBARA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

**A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO ÀS
PESSOAS SURDAS: desafios e possibilidades**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Joel Lima Júnior

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

BÁRBARA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

**A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO ÀS
PESSOAS SURDAS: desafios e possibilidades**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 05/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Me. Joel Lima Júnior

Membro: Prof. Me. Francisco Francinete Leite Junior/ UNILEÃO

Membro: Profa. Esp. Nadya Ravella Siebra De Brito Saraiva/ UNILEÃO

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO ÀS PESSOAS SURDAS: desafios e possibilidades

Bárbara de Oliveira Figueiredo¹
Joel Lima Júnior²

RESUMO

O presente estudo aborda uma discussão frente a atuação da Psicologia no atendimento psicoterapêutico às pessoas surdas, explorando a inclusão desses indivíduos, identificando estratégias adaptativas de comunicação e analisando barreiras enfrentadas no atendimento terapêutico. A surdez e deficiência auditiva são termos frequentemente usados para descrever limitações na capacidade auditiva. A surdez pode se manifestar em diferentes momentos da vida, tendo diferentes causas e em várias categorias. Pode ser congênita, ocorrendo nas fases pré-natal e perinatal, adquirida ao longo da vida, ou surgir na fase pós-natal. No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é oficialmente reconhecida pela Lei Federal 10.436/02 como meio legítimo de comunicação e expressão da comunidade surda. A comunicação entre pessoas surdas e ouvintes pode ser desafiadora devido ao menor uso da língua Libras. Diante do método bibliográfico, foram utilizados artigos, teses e livros, obtidos nas bases de dados Pepsic, SciELO e Google Acadêmico. Como resultado do estudo, pode-se concluir que a busca por uma inclusão efetiva exige uma abordagem complexa, incorporando tecnologias acessíveis, capacitação de profissionais e uma mudança cultural na sociedade. A persistente dificuldade no atendimento psicológico destaca a urgência de superar barreiras para uma verdadeira inclusão, ressaltando a importância de uma sociedade mais sensível e acolhedora às diferenças individuais.

Palavras-chave: Psicologia. Surdez. Atendimento Psicoterapêutico. Inclusão. Inteligência Artificial.

ABSTRACT

This study discusses the role of psychology in psychotherapeutic care for deaf people, exploring the inclusion of these individuals, identifying adaptive communication strategies and analyzing barriers faced in therapeutic care. Deafness and hearing impairment are terms often used to describe limitations in hearing ability. Deafness can manifest itself at different times in life, with different causes and in various categories. It can be congenital, occurring in the prenatal and perinatal phases, acquired throughout life, or appear in the postnatal phase. In Brazil, the Brazilian Sign Language (Libras) is officially recognized by Federal Law 10.436/02 as a legitimate means of communication and expression for the deaf community. Communication between deaf and hearing people can be challenging due to the lesser use of the Libras language. The bibliographic research used articles, theses and books obtained from the Pepsic, SciELO and Google Scholar databases. As a result of the study, it can be concluded that the search for effective inclusion requires a complex approach, incorporating accessible technologies, training for professionals and a cultural change in society. The persistent difficulty in psychological care highlights the urgency of overcoming barriers to true inclusion, emphasizing the importance of a society that is more sensitive and accepting of individual differences.

¹ Discente do curso de Psicologia da UNILEÃO. Email: barbaraoliveira9@outlook.com

² Docente do curso de Psicologia da UNILEÃO. Email: joellima@leaosampaio.edu.br

Keywords: Psychology. Deafness. Psychotherapeutic care. Inclusion. Artificial Intelligence.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, de acordo com o levantamento conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, a quantidade de cidadãos brasileiros surdos totaliza a 5% o que equivale a 10 milhões de surdos residentes no Brasil. Durante os anos, a implementação de medidas de acessibilidade e inclusão tem sido objeto de discussão visando promover a diversidade no acesso à educação, mercado de trabalho, interação social e, particularmente, à saúde mental (Barros, 2020). A surdez é uma condição que afeta a comunicação e a interação social das pessoas, o que pode influenciar significativamente seu bem-estar psicológico e emocional. A origem da realização deste estudo remonta a questionamentos que emergiram em relação à significância do atendimento psicoterapêutico para os indivíduos surdos. É de suma importância discorrer sobre a atuação da Psicologia no atendimento psicoterapêutico a pessoas surdas por várias razões: inclusão, direitos e acessibilidade.

Diante dessa realidade, a presença da Psicologia se torna fundamental, oferecendo suporte e auxílio no processo terapêutico desses indivíduos (Quadros; Pizzio, 2017; Costa; Lodi, 2017). A atuação da Psicologia no atendimento psicoterapêutico às pessoas surdas é um campo de estudo e prática que apresenta desafios e possibilidades singulares. Posto isto, visando a importância de um estudo mais aprofundado, discorreremos sobre a atuação da Psicologia no atendimento psicoterapêutico às pessoas surdas: desafios e possibilidades.

A fim de compreender a atuação da Psicologia nesse contexto específico, faz-se necessário um olhar mais aprofundado, que vá além da teoria, abrangendo a realidade vivenciada por pessoas surdas e pelos profissionais envolvidos (Gomes, 2019; Pereira, 2019). A Psicologia tem o compromisso de promover a inclusão e garantir o acesso igualitário aos serviços de saúde mental para todas as pessoas. Estabeleceu-se a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2016), uma legislação importante que visa garantir os direitos e a inclusão de pessoas com deficiência em todos os aspectos da sociedade, incluindo o campo da Psicologia. Essa lei traz implicações significativas para os psicólogos, que são profissionais responsáveis por promover o bem-estar psicológico e a qualidade de vida das pessoas.

A deficiência costumava ser associada à impossibilidade de alcançar sucesso profissional, intelectual ou pessoal em diferentes contextos sociais, como obter emprego, ser

independente, ter relacionamentos, estudar, viver, entre outros. Portanto, é essencial compreender como os psicólogos e outros profissionais podem interagir e intervir junto aos surdos e outras pessoas com deficiência (Conselho Federal de Psicologia, 2009).

Por conseguinte, o trabalho tem como objetivo geral de estudo levantar uma discussão frente a atuação da Psicologia no atendimento psicoterapêutico a pessoas surdas, identificando informações relevantes e embasadas sobre os seguintes objetivos específicos: I. Explorar o processo de inclusão de indivíduos surdos no atendimento psicoterapêutico. II. Identificar as estratégias adaptativas de comunicação utilizadas durante o atendimento psicoterapêutico. III. Descrever as possíveis barreiras e desafios enfrentados na comunicação e na construção de vínculo terapêutico entre psicólogos e pacientes surdos, conforme relatados na literatura.

2 METODOLOGIA

Diante desses apontamentos, a partir de um resgate na produção literária acadêmico científica, esse estudo parte de uma pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória de natureza qualitativa. Conforme Fonseca (2002, citado por Gerhardt; Silveira, 2009) a pesquisa bibliográfica se desenvolve a partir da identificação e análise de fontes teóricas previamente publicadas, que incluem predominantemente livros, revistas, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, entre outros materiais, determinadas investigações científicas repousam exclusivamente na pesquisa bibliográfica, com o propósito de reunir referências teóricas a fim de obter dados ou informações antecedentes sobre a questão inicial em análise.

Para a coleta de dados, o período foi a partir de agosto de 2023 até dezembro de 2023.

Foi utilizado a plataforma do Google Acadêmico (Scholar Google), SCIELO (Scientific Electronic Librar Online), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) foram aproveitadas.

As palavras utilizadas nas ferramentas de pesquisa foram: *Psicologia; Surdez; Atendimento Psicoterapêutico, Inclusão e Inteligência Artificial.*

Adotou-se os seguintes critérios de inclusão: trabalhos escritos em português, para garantir a compreensão e análise adequadas e textos selecionados preferencialmente dentro os últimos 10 anos, excetos para textos clássicos e de grande relevância para o trabalho, trazendo assim, apontamentos teóricos sobre os desenvolvimentos mais relevantes na área e no processo de atuação.

3 SURDEZ

Conforme estabelecido no Decreto nº 5.626, uma pessoa surda é definida como alguém que, devido à perda auditiva, compreende e se comunica com o mundo predominantemente por meio de experiências visuais, expressando sua cultura principalmente por meio da Língua Brasileira de Sinais - Libras (Brasil, 2005). Este decreto serve como regulamentação da Lei nº 10.436 (Brasil, 2002), a qual reconhece a Libras como uma língua completa, dotada de um sistema linguístico de natureza visual-motora e com uma estrutura gramatical própria.

A surdez e a deficiência auditiva são termos frequentemente usados para descrever limitações na capacidade auditiva, mas possuem diferenças significativas em suas definições e implicações. A surdez pode manifestar-se em diferentes momentos da vida e apresentar causas diversas. Pode ser congênita, ocorrendo nas fases pré-natal e perinatal, adquirida ao longo da vida, ou surgir na fase pós-natal. As causas perinatais estão relacionadas a eventos durante a gestação, como doenças hereditárias, anomalias congênitas ou complicações no momento do parto. Por outro lado, a surdez adquirida está associada a doenças ou traumas que ocorrem em várias etapas do desenvolvimento após o nascimento. Essa variedade de origens destaca a complexidade da surdez como condição auditiva. Assim, existem níveis dessa perda quando os níveis mínimos em decibéis (dB) não são atingidos (Da Rocha; Dos Santos; Getirana-Mota, 2023).

Uma perda auditiva leve ocorre quando a perda está entre 40 e 60 dB, permitindo que as pessoas percebam a voz real, embora possam perder alguns detalhes fonéticos. Na categoria de perda auditiva moderada, que varia de 60 a 70 dB, as pessoas ouvem apenas vozes altas e enfrentam consideráveis dificuldades de audição. A perda auditiva grave se situa entre 70 e 90 dB, impedindo as pessoas de ouvirem vozes, mas ainda podem perceber sensações auditivas. Por fim, a perda auditiva profunda ocorre quando as pessoas têm uma perda acima de 90 dB (Da Rocha; Dos Santos; Getirana-Mota, 2023).

“Surdez é o nome dado à impossibilidade ou dificuldade de ouvir”, segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2017) que completa que há cinco categorias distintas de surdez: **(01) ligeira**, é caracterizada pela capacidade de ouvir palavras, embora alguns detalhes fonéticos possam ser perdidos. Isso geralmente não resulta em atrasos no desenvolvimento da linguagem, mas pode causar dificuldades na compreensão de conversas cotidianas; **(02) média**, é caracterizado pela dificuldade na aquisição da linguagem; perturbação da articulação da palavra e da linguagem e é necessário, em sua maioria, a leitura labial para a compreensão do que é dito. **(03) severa**, é caracterizada pela incapacidade de perceber palavras em níveis de volume normais, exigindo que as pessoas falem em tons elevados para que haja alguma sensação auditiva. Isso resulta em perturbações na voz e na pronúncia das palavras, tornando a leitura labial uma necessidade

intensa. **(04) profunda**, implica na completa ausência de sensação auditiva, levando a perturbações graves na fala e dificuldades significativas na aquisição da linguagem oral e, por fim, **(05) a cofose**, que representa uma surdez total, caracterizada pela ausência completa da percepção sonora. É a surdez completa, caracterizada pela total ausência de som.

É de suma importância que se preste atenção à seleção das terminologias empregadas ao fazer referência às pessoas com deficiência, com o objetivo de evitar a criação de interpretações negativas e estigmatizações. Por exemplo, o uso de termos como “inválido”, “anormal”, “débil” e outros semelhantes é inadequado. É imprescindível ponderar a respeito da utilização do termo “deficiente,” visto que este pode limitar o foco apenas à condição de deficiência, negligenciando a individualidade do sujeito além de sua condição. Conseqüentemente, o termo amplamente aceito atualmente é “pessoa com deficiência,” (PCD) embora seja importante reconhecer que não existe um consenso absoluto em relação a essa terminologia. Ademais, é relevante destacar que o termo está em constante evolução e sujeito a modificações, dependendo da influência cultural (Nepomuceno; Assis e Carvalho-Freitas, 2020).

4 INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DA PESSOA SURDA

Desde a década de 1990, tem ocorrido um aumento significativo de políticas de inclusão destinadas a diversos grupos sociais, incluindo pessoas com deficiências e outras condições de desenvolvimento atípicas. De maneira geral, essas políticas seguem os princípios estabelecidos em âmbito internacional, que se baseiam no discurso de promoção dos direitos educacionais e sociais dessas pessoas, com a promessa de proporcionar igualdade de oportunidades, embora isso não necessariamente garanta igualdade de condições (Pletsch, 2011).

Essa concepção reconhece os direitos individuais, porém não assume a responsabilidade pelas circunstâncias sociais que moldam as disparidades socioeconômicas e de poder. Essa abordagem acaba por atribuir ao indivíduo a responsabilidade por seu próprio "sucesso" ou "fracasso" no mercado de trabalho, na educação e em outros aspectos da vida social. Em resumo, apesar da expansão das políticas de inclusão direcionadas, a exclusão persiste, uma vez que não se proporcionam condições efetivas para a integração e mobilidade social dentro do atual sistema econômico (Pletsch, 2011).

Conforme apontado por Sasaki (1997), a inclusão é caracterizada por um conjunto de mudanças tanto físicas quanto culturais. Dessa forma, vai além das barreiras arquitetônicas, abrangendo também aspectos socioculturais. Portanto, é crucial que a sociedade esteja pronta

para acolher todas as pessoas, proporcionando condições propícias ao desenvolvimento individual e coletivo, sendo a Psicologia um elo essencial nesse percurso.

É importante pontuar que o processo de inclusão atravessa distintas fases históricas, incluindo a exclusão, segregação e integração. Além disso, envolve a necessidade premente de superar as barreiras atitudinais e comunicacionais presentes na sociedade. Essas transformações têm um impacto direto na qualidade de vida das pessoas com deficiência, pois, sem essas mudanças, a efetivação do processo de inclusão permanece inatingível. Regulamentações legais, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão), por exemplo, estabelecem as bases legais para garantir o acesso e a permanência das pessoas com deficiência em todos os contextos, abrangendo, inclusive, a disciplina da Psicologia (Pereira, 2020).

Uma das maiores privações e desafios enfrentados por indivíduos surdos reside na esfera da comunicação com o mundo ao seu redor, visto que a língua de sinais não é dominada por todos os ouvintes. Muitos surdos se adaptam à leitura labial e à escrita em Língua Portuguesa como meios de expressão, mas tais métodos nem sempre conduzem a uma comunicação eficaz, capaz de promover a troca de informações, afetos e sentimentos. Isso decorre do constante receio de não serem compreendidos, o que pode desencadear a manifestação de sintomas ansiosos, podendo evoluir para condições clínicas (Santos; Silva, 2019).

No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi oficialmente reconhecida como o meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda pela Lei Federal nº 10.436/02. Em 22 de dezembro de 2005, o Decreto nº 5.626 foi publicado, estabelecendo diretrizes importantes para a inclusão da Libras em todos os setores do país. Este decreto enfatizou a plena inclusão das pessoas surdas ou com deficiência auditiva na atenção à saúde, abrangendo diversos níveis de complexidade e especialidades médicas. Além disso, ressaltou a importância da capacitação de profissionais para o uso e interpretação de Libras durante os atendimentos, bem como o apoio à formação desses profissionais na rede de serviços do SUS (Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005).

Libras está presente em todos os continentes, embora não tenha uma estrutura universal, apresentando diversidade gramatical. Sua característica distintiva é a natureza espaço-visual, em que os indivíduos Surdos recebem informações visualmente pelos olhos e a transmitem manualmente no espaço. A Linguística reconhece que Libras possui uma complexidade estrutural comparável às línguas faladas, o que a qualifica como uma língua natural (Pires; Almeida, 2016).

A comunicação entre pessoas surdas e ouvintes enfrenta desafios devido à baixa utilização da língua Libras, devido à falta de interesse por parte de ouvintes, estudantes e

profissionais de várias áreas. Isso pode afetar negativamente o relacionamento entre profissionais de saúde e indivíduos surdos, prejudicando a qualidade dos serviços que poderiam ser oferecidos (Pires, Almeida, 2016; Alves, Nogueira-Silva, 2023).

A deficiência auditiva pode constituir uma barreira substancial na comunicação de um grande número de indivíduos. Em muitas situações, a intervenção terapêutica mais preconizada envolve a utilização de aparelhos auditivos. Estes dispositivos auditivos são, essencialmente, compostos por um circuito que capta os sons do ambiente e os amplifica para direcioná-los ao ouvido do paciente (Alves; Minhoni; Florian, 2023).

O processo inclusivo é estar predisposto, sobretudo, a considerar e respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre cada um dos outros em uma situação de diversidade de ideias, sentimentos e ações. O Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005) desempenha um papel fundamental no processo de inclusão de pessoas surdas no contexto educacional e social do Brasil. A comunidade surda sente necessidade de maior inclusão em diversas atividades desenvolvidas para a população geral, principalmente aquelas que envolvem conhecimentos sobre educação e saúde, propiciando ao usuário certa autonomia para cuidar de si próprio e até mesmo de outras pessoas (Souza, *et. al.*, 2017).

Diante a integração, o que há uma diferença entre o processo de inclusão, há uma grande falta de serviços quando se trata de indivíduos com surdez. A grande maioria da população surda está excluída da escola, impossibilitando o aprendizado básico, bem como a formação de contatos sociais nesse meio (Levino, *et. Al.*, 2017). Para obter uma compreensão fundamental da acessibilidade comunicacional, é imperativo explorar o estudo da comunicação humana. A palavra "comunicação" deriva do latim "communicare" e refere-se à ação de compartilhar intencionalmente conceitos, desejos e sentimentos de maneira clara, a fim de envolver o receptor em um diálogo (Pizzaia; Santanna, 2020, p. 7169).

A acessibilidade representa não apenas um direito, mas também um meio essencial para garantir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam exercer plenamente seus direitos e liberdades fundamentais, participando de maneira equitativa na sociedade. Para concretizar essa igualdade de condições, os Estados têm a responsabilidade de adotar medidas adequadas, assegurando o acesso a ambientes físicos, transporte, informações e comunicações, abrangendo tecnologias e sistemas de informação. Essas medidas devem englobar a identificação e remoção de barreiras à acessibilidade em instalações públicas ou privadas de uso público (Brasil, 2015).

A expressão "acessibilidade," é encontrada em diversas áreas de atuação. Ela reflete o direito do usuário não apenas de ingressar na rede de informações, mas também de eliminar

barreiras arquitetônicas, garantir a disponibilidade de comunicação, possibilitar o acesso físico, proporcionar equipamentos e programas adequados, além de abranger a apresentação do conteúdo informacional em formatos alternativos (Amorim, 2010).

5 OS DESAFIOS DO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A PESSOAS SURDAS

A psicoterapia surge como uma atividade profissional entre o final do século XIX e o início do século XX (Castanheira, 2019). Schultz e Schultz (2019), afirmam que seu principal método de estudo era a observação clínica, em oposição à experimentação controlada em laboratório. A partir da visibilidade adquirida pela psicopatologia mediante essa abordagem metodológica, diversas escolas de pensamento emergiram. Consequentemente, a prática da psicoterapia passou a ser realizada por profissionais com diversas formações, abrangendo uma variedade de abordagens teóricas, como as cognitivas, comportamentais e fenomenológicas, bem como técnicas. Apesar dessa diversidade, há características que unem todas essas perspectivas, incluindo a importância da relação terapêutica no processo de tratamento, a disposição para acolher, praticar escuta empática e fornecer apoio diante de conflitos de natureza psicológica (Castanheira, 2019).

A Psicologia tem uma longa associação histórica com a psicoterapia, que pode ser conceituada como a prática que combina habilidades técnicas e conhecimento científico para aliviar o sofrimento humano resultante de conflitos e distúrbios emocionais. Essa prática é considerada uma forma de arte, pois envolve a aplicação de procedimentos técnicos que muitas vezes se baseiam em habilidades implícitas (Gomes; Castro; 2010).

Segundo a análise de Bisol, Simioni e Sperb (2008), o envolvimento da Psicologia com a surdez está significativamente associado ao progresso no campo da educação para surdos. Em contrapartida, Aguiar e Cordeiro (2021), argumentam que esse envolvimento se restringe primordialmente a aspectos do processo de aprendizagem, com uma notável ausência de discussões abrangentes sobre saúde mental e intervenção psicológica. Isso resulta em um atendimento insuficiente para a comunidade surda no contexto brasileiro.

De acordo com os estudos, Aguiar e Cordeiro (2021), Camargos e Ávila (2019) e Pereira e Lourenço (2017), os psicólogos enfrentam desafios significativos em sua prática com indivíduos com deficiência auditiva devido à falta de compreensão em relação à cultura e às formas de comunicação específicas dessa parcela da população. Camargos e Ávila (2019), destacam que a escassez de psicólogos que ofereçam atendimento a indivíduos surdos está associada à ausência de treinamento especializado para essa prestação de serviços, à falta de

proficiência de Libras, à carência de compreensão em relação à cultura da comunidade surda e à escassez de pesquisa abordando essa temática.

Nesse sentido, Pereira, Araújo e Silva (2020), enfatizam que, não compreender as diferenças culturais, linguísticas e corporais de pessoas surdas pode acarretar problemas de comunicação entre psicólogos, equipes da área da saúde e da Comunidade Surda. Portanto, do ponto de vista de Nascimento e Torres (2019), Libras não é apenas um meio de comunicação, mas um marco da cultura e identidade dos não ouvintes, sendo necessária para que o psicólogo realize esse atendimento especializado.

Para que o processo psicoterapêutico ocorra de maneira eficaz, é fundamental adotar um conjunto dessas práticas e posturas, das quais a comunicação desempenha um papel central. Em um ambiente terapêutico no qual o cliente é surdo, a utilização de Libras se torna um elemento crucial. Através dessa língua gestual, é possível assegurar tanto a qualidade do tratamento quanto a viabilidade de um diagnóstico preciso. Quando a comunicação falha, estabelecer uma conexão significativa entre o profissional e o cliente torna-se uma tarefa altamente desafiadora (Casali, 2012).

Com base na pesquisa conduzida por Bentes (2011), pode-se observar que a estratégia mais comum adotada pela comunidade surda ao buscar atendimento em serviços de saúde é estar acompanhada por um familiar ou amigo que atue como intérprete. Em situações em que essas opções não estão disponíveis, essas pessoas frequentemente enfrentam a impossibilidade de receber atendimento devido à falta de alguém que compreenda Libras no ambiente de saúde. Além dessa prática de recorrer a pessoas próximas para a tradução, existe também a opção de solicitar ou contratar um intérprete para a consulta. No entanto, conforme indicado por Chaveiro (2010), a presença de um intérprete durante o atendimento pode resultar em constrangimentos, aumentar o risco de violação do sigilo e privacidade, e comprometer a qualidade das informações compartilhadas.

Aguiar (2021); Noboli e Abrão (2022); e Rosa (2017); exploram a viabilidade de permitir que o psicólogo conduza sessões terapêuticas com o auxílio de um intérprete de Libras. No entanto, essa abordagem levanta preocupações em relação à quebra do sigilo profissional do paciente, um direito garantido pelo Código de Ética do Psicólogo, uma vez que envolve a presença de uma terceira pessoa no ambiente terapêutico no qual o paciente compartilha seus sentimentos. Noboli e Abrão (2022), argumentam que isso pode gerar insegurança no paciente ao discutir questões pessoais, e a presença do intérprete pode interferir no estabelecimento do vínculo terapêutico entre psicólogo e paciente. Além disso, surge a preocupação de que a interpretação do intérprete ao traduzir as informações do paciente possa ser influenciada por

suas próprias emoções, levando a possíveis distorções na fidelidade das informações (Aguiar, 2021; Noboli; Abrão, 2022; Rosa, 2017).

Em contrapartida, os princípios fundamentais do Código de Ética do Interpretador de Língua Brasileira de Sinais aborda que, Artigo 1º. São deveres fundamentais do intérprete: 1º. O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confiante e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele; 2º. O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo; 3º. O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de a responsabilidade. O código de ética desempenha um papel fundamental como um guia normativo para a atuação do profissional intérprete. Sua relevância se baseia no tipo de relação estabelecida pelo intérprete com as partes envolvidas na interação. O intérprete atua como mediador em processos interativos que envolvem intenções conversacionais e discursivas específicas. Nesse contexto, o intérprete assume a responsabilidade pela precisão e fidelidade das informações transmitidas (Ministério da Educação, 2012).

O termo acolhimento é definido como a disponibilidade de uma escuta qualificada, que reconhece de forma genuína e individualizada as demandas de saúde apresentadas pelos usuários, contribuindo para a melhoria da eficácia das práticas de saúde. Isso se traduz na construção e manutenção de relacionamentos baseados em comprometimento, confiança e vínculos sólidos, conforme estabelecido pela Política Nacional de Humanização em Saúde, 2013.

Pesquisas conduzidas em distintas áreas da saúde (Ianni; Pereira, 2009) destacam a presença de um déficit no acesso da comunidade surda aos serviços de saúde primários, o qual é agravado não apenas pela falta de treinamento dos profissionais para atender essa população, mas também pela escassez de intérpretes que possam facilitar a comunicação nesse contexto. Evidencia-se que não apenas no âmbito da Psicologia, mas em diversas outras disciplinas da área da saúde, há a presença de profissionais não capacitados para o atendimento de indivíduos com deficiência auditiva. No entanto, apesar desse despreparo, há uma série de iniciativas em diversos setores da sociedade brasileira, inclusive no campo da Psicologia, como destacado por Vasconcellos, 2011.

As barreiras enfrentadas pela comunidade surda que são abordadas por Souza 2017, destaca que, devido à sua condição de minoria linguística e cultural, essa população enfrenta

diversos obstáculos no acesso aos serviços de saúde. Embora o Sistema Único de Saúde ofereça assistência à população em geral, a capacidade de proporcionar tais serviços a todos é prejudicada por questões sociais, como o preconceito e a falta de consideração em relação a certos grupos sociais. Essas barreiras se manifestam primariamente no aspecto comunicacional, uma vez que, inicialmente, os profissionais de saúde não possuem conhecimento em Libras, o que inviabiliza o processo de atendimento. Esse desafio na comunicação resulta na sua exclusão da sociedade, limitando suas interações e conexões sociais, inclusive no âmbito familiar, onde a falta de estímulo à comunicação, percepção emocional e compartilhamento de experiências pode ser observada (Neuber; Palamin, 2008).

É frequente que essas pessoas enfrentem sentimentos de angústia, solidão, incompreensão, abandono, medo, ansiedade e estresse. No entanto, quando se estabelece uma compreensão por meio da comunicação adotada pelos surdos, é possível observar uma redução da ansiedade vivenciada, promovendo um aumento na autoestima, autonomia, bem-estar mental, autoconhecimento, compreensão do mundo e assimilação da cultura surda. Isso confere significado ao modo de vida dentro desse contexto (Santos, 2019; Neuber, 2008; Freitas, 2017; Silva, 2012; Jorge; Pizato; Rodrigues, 2022).

A psicoterapia, quando realizada de maneira eficaz, tem o potencial de melhorar a qualidade de vida das pessoas surdas. Entretanto, a falta de compreensão por parte dos profissionais de Psicologia em relação à Libras cria uma barreira à produção de novos conhecimentos relacionados à Psicologia e surdez, além de prejudicar o tratamento psicoterapêutico dessa população (Jorge; Pizato; Rodrigues, 2022).

5.1 ESTRATÉGIAS DE ATENDIMENTO À PESSOA SURDA

A necessidade da comunidade surda precisa de psicoterapia é extensa, e os profissionais da Psicologia devem estar atentos às diversas formas de intervenção, pois cada indivíduo traz consigo particularidades e subjetividades, apresentando problemáticas distintas. Nesse contexto, a flexibilidade e criatividade do psicólogo são essenciais (Pereira; Araújo; Silva, 2020).

Segundo Gonçalves (2011), técnicas no procedimento terapêutico são essenciais, a utilização de materiais visuais, como desenhos, pinturas, testes projetivos, mapas, vídeos e imagens, revela-se uma estratégia altamente eficaz para indivíduos com surdez, que frequentemente possuem uma forte memória visual. Além de proporcionar entretenimento, o acesso a essas ferramentas possibilita ao terapeuta observar padrões de comportamento,

desenvolvimento cognitivo, habilidades, níveis de frustração, interação, coordenação motora, entre outros, durante o processo terapêutico. Na contemporaneidade, a maioria das pessoas dispõe de acesso à internet e utiliza dispositivos como celulares, computadores, televisões e tablets.

Diante disso, o psicólogo pode explorar o potencial dessas tecnologias para expandir seus meios de comunicação e intervenção (Pereira; Araújo; Silva, 2020). A utilização do computador, incluindo *softwares* e programas específicos, oferecem uma oportunidade de diversão enquanto permite a observação de padrões comportamentais, coordenação motora, níveis de frustração/agressividade, desenvolvimento cognitivo e outras habilidades/aptidões. O acesso à internet, atualmente dominado pela maioria das pessoas com surdez, é uma ferramenta muito útil para a interação com esse público (Gonçalves, 2011).

Softwares de reabilitação da fala surgiram, gerando críticas significativas da maioria dos surdos que defendiam o direito ao uso da língua de sinais. A elaboração de *softwares* e aplicativos levando em consideração as características linguísticas dos surdos tornou-se fundamental para expandir as perspectivas de inclusão social para esse grupo (Stumpf, 2010). Visando a inclusão por meio da tecnologia, Silva, Mendes e Santos (2020) destacam que aplicativos de tradução automática têm o potencial de facilitar a interação entre surdos e ouvintes, incentivando os ouvintes a se engajarem na comunicação em Libras. Além disso, essa abordagem favorece o acesso a informações divulgadas em línguas orais, traduzindo-as para a língua natural dos surdos.

O aplicativo *Hand Talk* destaca-se por oferecer a tradução de sentenças da Língua Portuguesa para Libras, permitindo que os usuários explorem a ferramenta digital sempre que desejarem compreender os sinais associados a palavras específicas do Português. Desenvolvido por Rocha (2013), o principal propósito do aplicativo é promover a acessibilidade linguística para a comunidade surda, facilitando a comunicação e o entendimento de conteúdos em língua oral. De acordo com Rocha (2013), o recurso digital foi concebido por Ronaldo Tenório, Thadeu Luiz e Carlos Wanderlan na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Este aplicativo recebeu reconhecimento internacional ao ser premiado como o melhor aplicativo social do mundo durante o evento da Organização das Nações Unidas (ONU) denominado "World Summit Award" (WSA).

Trata-se de um aplicativo gratuito disponível nos sistemas operacionais de smartphones, destinada à conversão de áudios e textos fotografados para a linguagem de sinais.

O aplicativo apresenta como interface o personagem virtual denominado Hugo, um intérprete que simplifica a compreensão interativa da solução. Essa ferramenta permite a tradução do

Português para Libras (Bandeira, *et al.*; 2018). Além de constituir uma significativa alternativa em termos de acessibilidade, o tradutor pode ser empregado por indivíduos de diversas faixas etárias, independentemente da presença de deficiência auditiva, para aqueles que desejam aprender e se comunicar por meio de Libras (Bandeira, *et al.*; 2018).

É fundamental destacar que essa ferramenta representa apenas uma alternativa para promover a autonomia dos indivíduos surdos no acesso a informações veiculadas em línguas orais. A democratização da Libras por meio de intérpretes e a oferta de ensino dessa língua para pessoas ouvintes são elementos cruciais para efetivar a inclusão (Rocha, 2013). Ou seja, é imperativo enfatizar que essa ferramenta não deve ser vista como uma substituição ao intérprete, que possui habilidades mais avançadas para reconhecer e construir sentenças que preservem o significado original da mensagem. O intérprete emprega estratégias tradutórias que, até o momento, não estão incorporadas nas versões atuais dos aplicativos apresentados (Rocha, 2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, embora as políticas de inclusão tenham avançado desde a década de 1990, é notório que ainda há desafios significativos na garantia de uma verdadeira igualdade, especialmente no atendimento às pessoas surdas. A Libras, reconhecida oficialmente, é um marco, mas sua eficácia é comprometida pela falta de compreensão cultural e linguística na saúde e Psicologia. A tecnologia, como evidenciado pelo aplicativo *Hand Talk*, oferece estratégias promissoras, no entanto, a dificuldade persiste na superação das barreiras comunicacionais e atitudinais.

Ao analisar o processo de inclusão, identificamos que embora haja uma expansão das políticas direcionadas, a exclusão ainda persiste. A comunidade surda enfrenta não apenas a escassez de profissionais capacitados na área da saúde, mas também a falta de entendimento sobre suas necessidades específicas. A utilização de Libras como meio de comunicação tornase crucial, e a falta de proficiência nesse idioma pode resultar em falhas significativas no atendimento psicológico.

A psicoterapia, quando aplicada de maneira eficaz, apresenta potencial para melhorar a qualidade de vida das pessoas surdas. No entanto, a dificuldade reside na falta de compreensão por parte dos profissionais, refletindo em barreiras à produção de novos conhecimentos na interseção da Psicologia e surdez. A presença do intérprete é muitas vezes indispensável, mas

as preocupações com privacidade e distorções na interpretação destacam a complexidade desse cenário.

Ao abordar a realidade da comunidade surda, incluindo sua história e o desenvolvimento da autonomia, surge a oportunidade de instigar o pensamento crítico entre estudantes e profissionais da Psicologia. Nesse contexto, é imperativo que os profissionais concentrem sua atenção nesse público, visando aprimorar a qualidade de vida, saúde e bem-estar. Contudo, depara-se com a escassez de atendimentos devido à falta de qualificação dos psicólogos e à ausência de formação em língua de sinais. Diante desse cenário, é crucial compreender as barreiras existentes para efetuar um acolhimento eficaz. A falta de conhecimento sobre o processo sócio histórico e a necessidade de assistência psicológica pode comprometer a oferta de ajuda. Para melhorar os atendimentos, a busca por intérpretes dentro do ambiente terapêutico surge como uma opção viável.

Podemos concluir que, a busca pela inclusão efetiva de pessoas surdas exige uma abordagem multifacetada, envolvendo não apenas a implementação de tecnologias acessíveis, mas também a capacitação adequada de profissionais e a promoção de uma mudança cultural na sociedade. A dificuldade persistente no atendimento psicológico evidencia a necessidade urgente de superar as barreiras que impedem a verdadeira inclusão, reforçando a importância de uma sociedade mais sensível e acolhedora às diferenças individuais.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, K. G. M.; CORDEIRO, E. C. **Acessibilidade do Surdo ao Atendimento Psicológico na Saúde Mental**. 2021.
- ALVES, A. C.; RIBAMAR, N. S. **Psicologia Inclusiva: A importância do bilinguismo para o atendimento psicológico com a pessoa surda**. 2023.
- ALVES ALEXANDRE, M.; MINHONI, D. C. R.; FLORIAN, F. Amplificadores para aparelhos auditivos. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 3, n. 12, p. e3122303, 2022.
- AMORIM, M. L. C. De.; ASSAD, R.; LÓSCIO, B. e F.; FERRAZ, F. S.; MEIRA, S. R. **TV: Solução para acessibilidade de surdos para TV Digital**. In: Simpósio Brasileiro De Sistemas Multimídia E Web (Webmedia), 16. , 2010, Belo Horizonte. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação. p. 243-248. 2010.
- BANDEIRA, I. D. C.; CAMILO, J. C.; Neto, L. P. da C.; MUNIZ, P. B. V.; PINTO, R. da P.; GUIMARÃES, R. P. B. O uso do hand talk como meio de inclusão para alunos com deficiência auditiva na educação profissional." *Kiri-Kerê-Pesquisa em Ensino* 5. 2018.
- BARROS, N. C.; CORDEIRO, A. P. M.; MELO, R. I. O.; PONTES, N. K. S.; SILVA, E. P. F. J. **Produções Científicas em Psicologia e Surdez no Estado de Pernambuco**. Investigação,

Sociedade e Desenvolvimento. **Research, Society and Development**. v. 9, n.1, e192911833, 2020.

BENTES, I. M. da S.; VIDAL, E. C. F.; MAIA, E. R. **Percepção da pessoa surda sobre o cuidado à saúde em um município de médio porte: um estudo descritivo-exploratório**. Online Brazilian Journal of Nursing, [S.l.], v. 10, n. 1, Maio, 2011.

BISOL, C. A.; SIMIONI, J.; SPERB, T. Contribuições da Psicologia Brasileira para o Estudo da Surdez. **Revista de Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre**, v. 21, n. 3, p. 392-400, 2008.

BRASIL. Ministério Público. **Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146**. Julho, 2015. 2018

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.436, de 24/04/2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências**. 2002.

BRASIL. Portal da Câmara dos Deputados. **Decreto nº 5.626, de 22/12/2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24/04/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras)**. e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19/12/2000. 2005.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 23 dez 2005. Brasil. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Biblioteca virtual em saúde: surdez**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização**. 2013.

CAMARGOS, G. S.; ÁVILA, L. A. **A interface da Psicologia com a surdez: Uma revisão sistemática**. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 10, n. 2, p. 202-216, jul./dez. 2019.

CASTANHEIRA, N. P.; GREVET, E. H.; CORDIOLI, A. V. **Aspectos conceituais e raízes históricas das psicoterapias**. In: A. V. Cordioli; E. H. Grevet (Orgs.), **Psicoterapias: Abordagens atuais** (4ª ed.), cap. 1, p. 3-24. Porto Alegre: Artmed, 2019.

CASALI, D. **Atendimento psicológico ao surdo usuário da libras no município de Itajaísc. Dissertação (mestrado)**. Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Mestrado Profissionalizante em Saúde e Gestão de Trabalho, 2012.

CHAVEIRO, N. **Atendimento à pessoa surda que utiliza a Língua de Sinais, na perspectivados profissionais da saúde**. **Cogitare Enferm.**, v.15, n.4, p.639-45, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Educação Inclusiva: Experiências profissionais em Psicologia**, Brasília, 2009.

CRUZ, A. C dos S.; FRANCISCO, G. da S.; RIBEIRO, R. Q.; MARQUES, T. F. **Formação Surda em Psicologia: Que vozes estamos ouvindo? / Educação de Surdos em Psicologia: Que vozes estamos ouvindo?**. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, [S. l.], v. 5, pág. 45735–45747, 2021.

- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GOMES, I. C. O psicólogo e o atendimento a surdos: Perspectivas e desafios. **Revista Mineira de Psicologia**, 1(1), 21-34, 2019.
- GOMES, W. B.; CASTRO, T. G. de. **Clínica fenomenológica: do método de pesquisa para a prática psicoterapêutica**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, n. spe, p. 81–93, 2010.
- GONÇALVES, P. C da S. Atendimento Psicológico para Surdos. **Revista Arara Azul**, Petrópolis/R, 2011.
- IANNI, A.; PEREIRA, P. C. A. **Acesso da comunidade surda à rede básica de saúde**. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 18, p. 89-92, jun. 2009.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico 2010.
- JORGE, L. A.; PIZATO, E. C. G.; RODRIGUES, V. **O atendimento psicoterapêutico de pessoas surdas: desafios e possibilidades da comunicação em libras**. v. 14 n. 34; 2022.
- LEVINO, D. de A.; SOUZA, E. B. de.; CARDOSO, P. C.; SILVA, A. C. da.; CARVALHO, A. E. T. M. Libras na graduação médica: o despertar para uma nova língua. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 37, n. 2, p. 291–297, abr. 2013.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa /Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos** – Brasília; SEESP, p.94, 2004.
- NASCIMENTO, E. C.; TORRES, C. R. O. **Percepção de estudantes de Psicologia sobre a importância da LIBRAS para formação profissional**. In: Anais da 16ª Jornada UNIFACS de Iniciação Científica, Salvador – BA, 2019.
- NEUBER, L. M. B.; VALLE, T. G. M. D. do.; PALAMIN, M. E. G. O Adolescente e a Deficiência Auditiva: As Relações Familiares Retrataradas no Teste do Desenho em Cores da **Família**. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**, v. 18, n. 3, p. 321338, 2008.
- NEPOMUCENO, M.; ASSIS, R.; CARVALHO-FREITAS, M. Apropriação do Termo “Pessoas com Deficiência”. **Revista Educação Especial. Santa Maria**, v. 33, p. 1-27; 2020.
- PEREIRA, M. A. Psicologia clínica e surdez: Um estudo sobre a atuação do psicólogo no atendimento à pessoa surda. **Revista de Psicologia da IMED**, 11(1), 36-48, 2019.
- PEREIRA, B. A. M.; LOURENÇO, L. M. **Surdez e Psicologia Clínica: contribuições da literatura**. *Psicologia.pt*, out. 2017.
- PEREIRA, V. A. Inclusão Escolar: histórico e análise das garantias legais da pessoa com deficiência. **Revista Científica Novas Configurações – Diálogos Plurais, Luziânia**, v. 1, n.1, p. 21-33, 2020.

PEREIRA, V. A.; ARAÚJO, K. V.; SILVA, J. L. de A. **Psicoterapia para pessoas com surdez: Um processo de inclusão**. RCNCD-Plurais, vol.1, n3, p.20-30, 2020

PIRES, H. F.; ALMEIDA, M. A. P. T. A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde. **Revista Enfermagem Contemporânea**. v. 5, n. 1, 2016.

PIZZAIA, A. F. L.; SANTANNA, A. **Educação a distância e os “ruídos” na comunicação: as distorções na comunicação entre emissor e receptor**. Brazilian Journal of Development. Curitiba, p. 7165-7179. fev. 2020.

PLETSCH, M. A dialética da inclusão/exclusão nas políticas educacionais para pessoas com deficiências: um balanço do governo Lula (2003-2010). **Revista Teias**, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 17 pgs., 2011

QUADROS, R. M.; PIZZIO, A. Psicologia e surdez: Desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, 13(3), 209-219, 2017.

ROCHA, J. C. S da.; SANTOS, W. T. Dos.; GETIRANA-MOTA, M. Inclusão de alunos com surdez nas aulas de educação física escolar: uma revisão bibliográfica. **Revista Campo da História**, v. 8, n. 2, p. 523–542, 2023.

ROCHA, V. B. da. **A atuação do intérprete de Libras em escolas no Brasil: processos históricos. 2013**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PA, 2013.

SANTOS, F; SILVA, J.P. **Ansiedade entre as pessoas surdas: um estudo teórico**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 71, n. 1, p. 143-157, 2019.

SASSAKI, R. K. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. 5ed. Rio de Janeiro. Editora WVA. 1997.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **História da psicologia moderna** (4ª ed., trad. da 11ª ed. americana). São Paulo: Cengage. 2019.

SILVA, Q. P. da, MENDES, N. F. O.; SANTOS, S. K. da S. de L. Tecnologia Assistiva no processo de ensino-aprendizagem de Surdos. **Revista Principia. João Pessoa**, n.50, p.23-33, 2020.

SILVA, N. M.; PAIVA, F. C.; SILVEIRA, C. A. B. Grupoterapia e Deficiência Auditiva Infantil: Trabalhando com Mães e Crianças. **Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**, v. 13, n. 2, p. 56-67, 2012.

SOUZA, M. F. N. S. de, ARAÚJO, A. M. B., SANDES, L. F. F., FREITAS, D. A., SOARES, W. D., VIANNA, R. S. de M., e SOUSA, Á. A. D. Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura. **Revista CEFAC**, 2017.

STUMPF, M. R. **Educação de Surdos e Novas Tecnologias**. Florianópolis, Ed. UFSC, 2010.

THOMAZ, A. G; FREITAS, J. L. **A Experiência de Mundo de uma Surda ao Aprender Libras: uma abordagem fenomenológico-existencial**. Estudo e Pesquisas em Psicologia, v. 17, n. 1, p. 25-45, 2017.

VASCONCELLOS, E. N. F. A psicoterapia numa visão transformadora e democrática no tratamento com pessoas portadoras de deficiência audiativa: experiências em psicologia e políticas públicas. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, 2011.